

11 AGO 2015 1114546

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

114516

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**

entre

3ºRTD-RJ-Reg. nº 1114546  
Emolumentos R\$ 665,32  
Distribuidor R\$ 23,26  
PM/CMV/Mutua/Acoterj R\$ 25,24  
Fetj/Fundperj/Funperj/FunarPen 226,19  
Total R\$ 940,01



**PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**  
*como Emissora*

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**  
*como Fiadora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

Datado de  
10 de agosto de 2015

11 AGO 2015 1114546

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**, sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Correia Vasques, nº 250, Cidade Nova, CEP 20.211-140, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 34.274.233/0001-02, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**,<sup>2</sup> instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas abaixo) objeto da presente escritura, neste ato representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na página de assinaturas do presente instrumento ("**Agente Fiduciário**");

e, ainda, na qualidade de interveniente-garantidora,

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta na Categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-912, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE nº 33300032061, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Fiadora**") e, conjuntamente com a Emissora e o Agente Fiduciário, doravante denominados "**Partes**" e cada um, individualmente, denominado "**Parte**";

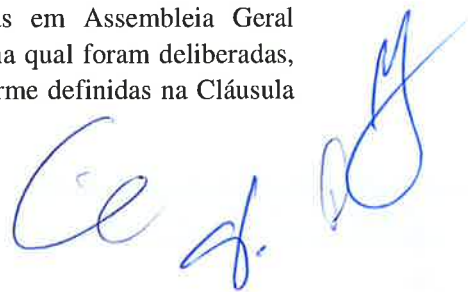
vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Petrobras Distribuidora S.A." ("**Escritura**"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

### 1.1. Autorização da Emissora

A presente Escritura é firmada com base nas autorizações deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 10 de agosto de 2015 ("**AGE**"), na qual foram deliberadas, entre outras providências, a aprovação da Emissão e Oferta Restrita (conforme definidas na Cláusula



II abaixo), bem como de seus termos e condições, e a delegação à Diretoria Executiva da Emissora para (i) definição das demais questões referentes à Emissão e (ii) praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

## **1.2. Autorização da Fiadora**

A garantia fidejussória da Emissão é outorgada com base em deliberação tomada na Reunião da Diretoria Executiva da Fiadora, realizada em 16 de junho de 2015, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), por meio da qual foi aprovada a concessão de fiança para garantir o total cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nos termos e condições desta Escritura.

## **CLÁUSULA II REQUISITOS**

A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória prestada pela Fiadora, em série única, da Emissora (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e desta Escritura (“Emissão” e “Oferta Restrita”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA**

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), exclusivamente para os fins de envio de informações à sua base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado à existência de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação dos Atos Societários**

A ata da AGE será arquivada na JUCERJA e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Jornal do Commercio”, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de suas respectivas assinaturas. As vias originais desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCERJA deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis após a data do respectivo arquivamento.

### 2.4. Registro da Fiança

Em virtude da Fiança (conforme definida abaixo) a que se refere a Cláusula 3.8 abaixo, a ser prestada pela Fiadora em benefício dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”), a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados, pela Emissora, às suas expensas, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartório de RTD”).

### 2.5. Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.5.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários por Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), e no artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Número da Emissão

A Emissão objeto da presente Escritura constitui a primeira emissão de debêntures da Emissora.

### 3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$3.518.100.000,00 (três bilhões, quinhentos e dezoito milhões e cem mil reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

### 3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

### 3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão integral e exclusivamente utilizados para a aquisição de álcool etílico anidro e álcool etílico hidratado diretamente de produtores rurais sendo certo que para fins dos documentos da Emissão, entende-se como produtor rural (i) aquela pessoa física classificada como produtor rural no Número de Inscrição do Registro de Empresas – NIRE (cadastro da Receita Federal) e no cadastro do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (ii) aquela usina cuja produção própria de cana de açúcar for igual ou superior a 50% de sua produção total (usinas que são necessariamente consideradas para todos os fins produtoras rurais, visto que participam de todo ciclo de produção, desde o plantio da cana-de-açúcar até o seu beneficiamento (transformação em álcool etílico anidro e álcool etílico hidratado); ou (iii) aquela pessoa jurídica considerada produtor rural conforme critérios internos do Debenturista que levará em conta, dentre outros fatores, (a) a Classificação Nacional de Atividades Econômicas da empresa; (b) a atividade principal da empresa; e (c) a relação para com o parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 (“Produtor Rural”), observada a alínea “o” da Cláusula 7.1 abaixo.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Primeira Emissão da Petrobras Distribuidora S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.5.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em data única, conforme Contrato de Distribuição, observado o artigo 8º parágrafo 2º da Instrução CVM 476.

3.5.3. O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder com expressa e prévia anuência da Emissora e seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Qualificados, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.5.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM 409, observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. As Debêntures contarão com prestação de garantia firme, nos termos e sujeito às condições dispostas no Contrato de Distribuição, para o Valor Total da Emissão.



3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.5.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.5.10. O investimento nas Debêntures não é adequado aos Investidores Qualificados que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

### **3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.6.1. O banco liquidante da Emissão será o Banco Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário).

3.6.3. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, dentre outras responsabilidades que lhe são atribuídas de acordo com as normas da CETIP.

### **3.7. Objeto Social da Emissora**

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, seu objeto social compreende (i) a distribuição, o transporte, o comércio, a armazenagem, a estocagem, a manipulação e a industrialização de derivados do petróleo, de gás natural, de xisto ou de outras rochas e seus correlatos, bem como de insumos relacionados com a indústria do petróleo; (ii) a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de combustíveis de outras origens; (iii) a distribuição, a comercialização e o transporte de produtos de qualquer natureza comercializados em postos de serviços, em centros de troca de óleo, de lavagem ou de abastecimento e manutenção de veículos automotivos; (iv) a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, nas quais poderão ser comercializados ou elaborados produtos de qualquer gênero, espécie, natureza e

qualidade, tais como alimentícios, de limpeza, perfumaria, livros, jornais, revistas, tabacaria, dentre outros; (v) a produção, o transporte, a distribuição, a comercialização de todas as formas de energia, bem como a prestação de serviços correlacionados; (vi) a produção, industrialização, o transporte, a distribuição e a comercialização de produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados; (vii) a produção, a industrialização, o transporte, a distribuição e a comercialização de asfaltos e produtos afins, bem como a prestação de serviços de pavimentação e outros correlacionados; (viii) a prestação de serviços de administração, operação, conservação, manutenção de instalações operacionais e industriais e de controle de qualidade vinculados ao seu objeto social; (ix) a importação e exportação relacionadas com os produtos e atividades aqui descritos; e (x) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao seu objeto social, inclusive a prestação de serviços.

### **3.8. Garantia Fidejussória**

3.8.1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Fiadora presta garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Fiança”), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita.

3.8.2. A Fiadora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos encargos moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado a, obrigações de pagamento de remuneração e despesas do Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil” e “Valor Garantido”, respectivamente).

3.8.2.1. A Fiadora não será liberada das obrigações aqui assumidas em virtude de atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando a, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial, falência ou procedimentos de natureza similar.

3.8.3. O Valor Garantido deverá ser pago pela Fiadora no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do recebimento de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e a Fiadora informando o inadimplemento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Juros Remuneratórios ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.8.3.1. O pagamento a que se refere a Cláusula 3.8.3 acima deverá ser realizado pela Fiadora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.4. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838, e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

3.8.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.8.5. A Fiadora subrogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário contra a Emissora caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança descrita nesta Cláusula 3.8, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado o disposto na Cláusula 3.8.5.1 abaixo.

3.8.5.1. A Fiadora concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após o recebimento, pelos Debenturistas, da integralidade do Valor Garantido.

3.8.6. A presente Fiança é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.7. A Fiadora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.8.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.9. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.8.10. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, (i) a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, no Cartório de RTD na mesma data de seu protocolo perante a JUCERJA, sendo certo que a obtenção do registro no Cartório de RTD, conforme aqui previsto, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do arquivamento desta Escritura na JUCERJA. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o registro desta Escritura no Cartório de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3.8.10.1. Qualquer aditamento à presente Escritura deverá ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora, sob pena de nulidade, e deverá ser levado a registro pela Emissora, às suas expensas, no Cartório de RTD, nos termos da Cláusula 2.4 acima.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de agosto de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.



4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória prestada pela Fiadora nos termos da Cláusula 3.8 acima.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 1710 (mil setecentos e dez) dias contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, no dia 15 de abril de 2020 ("Data de Vencimento").

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 351.810 (trezentas e cinquenta e uma mil, oitocentas e dez) Debêntures.

## 4.2. Remuneração

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) incidirão juros remuneratórios correspondentes à 111,57% (cento e onze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over" e "Juros Remuneratórios", respectivamente). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a Data de Integralização (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento.

4.2.2.1. Observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

**J** = Valor unitário dos Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

**FatorDI** = produtório das Taxas DI *Over*, com uso de percentual aplicado, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

**n** = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n” um número inteiro;

**p** = 111,57 (cento e onze inteiros e cinquenta e sete centésimos); e

**TDI<sub>k</sub>** = Taxa DI *Over* de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** = Taxa DI *Over* de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

**k** = número de ordem da Taxa DI *Over*, variando de 1 (um) até “n”.

#### 4.2.2.3. Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “FatorDI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (d) A Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI *Over* não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI *Over* aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas, conforme o caso, quando da posterior divulgação da Taxa DI *Over* que vier a se tornar disponível.

4.2.2.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI *Over* por prazo superior a 15 (quinze) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI *Over*, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado (“Taxa Substitutiva DI *Over*”). Até a deliberação da Taxa Substitutiva DI *Over*, a última Taxa DI *Over* divulgada será utilizada na apuração do FatorDI, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento dos Juros Remuneratórios até a data de deliberação da Taxa Substitutiva DI *Over*.

4.2.2.6. Na hipótese de não instalação, em primeira e segunda convocações, da Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.2.2.5 acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva DI *Over* entre a Emissora e os Debenturistas representando 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (ou, caso não seja instalada em primeira e segunda convocações, na data em que deveria ter ocorrido), ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, observado o disposto abaixo.

4.2.2.7. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos da Cláusula anterior serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI *Over*, será utilizada a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente.

4.2.2.8. Caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.2.2.5 acima, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI *Over* nos termos aqui previstos, quando do cálculo dos Juros Remuneratórios e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente.

4.2.2.9. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia(s) Útil(eis)” (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional, ou data em que, por qualquer motivo, não haja expediente na CETIP; e (ii) com relação a qualquer (a) obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP; ou (b) obrigação não pecuniária, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.2.2.10. A Fiadora, desde já, concorda com o disposto nas Cláusulas 4.2.2.4 até 4.2.2.8 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor. A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 4.2.2.5 acima.

#### **4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário**

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento (ou na data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou do vencimento antecipado das Debêntures, conforme aplicável).

#### **4.4. Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures**

Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado no dia 15 de abril de 2016 e os demais sempre nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento, inclusive (ou na data da liquidação antecipada resultante do Resgate Antecipado Facultativo Total, da Amortização Parcial Extraordinária Facultativa ou do vencimento antecipado das Debêntures, conforme aplicável) (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

#### **4.5. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (“Local de Pagamento”).

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VI a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora na forma da Cláusula 4.12 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou da disponibilidade do pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

#### **4.9. Preço de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição”).

#### **4.10. Forma de Subscrição e Integralização**

A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP (“Data de Integralização”).

#### **4.11. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.12. Publicidade**

Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente divulgados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Jornal do Commercio” (“Jornal de Publicação”), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.br.com.br>), sendo a divulgação comunicada ao Agente Fiduciário e à CETIP. Caso a Emissora altere, à sua inteira discrição, o Jornal de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação por escrito ao Agente Fiduciário informando o novo veículo de comunicação.

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

#### **4.14. Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



#### 4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

#### 4.16. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

#### 4.17. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

### CLÁUSULA V

#### RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO PARCIAL EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

##### 5.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

5.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

5.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser precedido de notificação por escrito aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para a efetiva realização do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Notificação de Resgate Antecipado Facultativo Total” e “Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”, respectivamente).

5.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios calculados conforme subitem “a” acima (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”):

| DATA DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL      | TAXA DO PRÊMIO DE RESGATE |
|---|---------------------------|
| Desde a Data de Emissão até 15 de outubro de 2015 | 1,2100% flat              |
| 16 de outubro de 2015 até 15 de abril de 2016     | 1,1100% flat              |
| 16 de abril de 2016 até 15 de outubro de 2016     | 1,0800% flat              |
| 16 de outubro de 2016 até 15 de abril de 2017     | 0,9900% flat              |
| 16 de abril de 2017 até 15 de outubro de 2017     | 0,9900% flat              |
| 16 de outubro de 2017 até 15 de abril de 2018     | 0,8800% flat              |
| 16 de abril de 2018 até 15 de outubro de 2018     | 0,6500% flat              |
| 16 de outubro de 2018 até 15 de abril de 2019     | 0,6000% flat              |
| 16 de abril de 2019 até 15 de outubro de 2019     | 0,5500% flat              |
| 16 de outubro de 2019 até 14 de abril de 2020     | 0,5000% flat              |

5.1.2.2. Na Notificação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. No caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo Total se dará mediante depósito a ser realizado pelo Escriturador Mandatário nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas.

5.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

5.1.5. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.1.6. Não será admitido resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

## 5.2. Amortização Parcial Extraordinária Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, e independentemente da vontade dos Debenturistas, promover amortizações parciais extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário) da totalidade das Debêntures em Circulação (“Amortização Parcial Extraordinária Facultativa”).

5.2.2. A Amortização Parcial Extraordinária Facultativa deverá ser precedida de notificação por escrito aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para a efetiva realização da Amortização Parcial Extraordinária Facultativa, e ocorrerá mediante o pagamento de uma parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento), acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data do efetivo pagamento da Amortização Parcial Extraordinária Facultativa; e (b) de prêmio, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual,

de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário amortizado (ou sobre parcela do saldo do Valor Nominal Unitário amortizado, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados conforme subitem “a” acima.

| DATA DA AMORTIZAÇÃO PARCIAL EXTRAORDINÁRIA<br>FACULTATIVA | TAXA DO PRÊMIO |
|---|----------------|
| Desde a Data de Emissão até 15 de outubro de 2015         | 1,2100% flat   |
| 16 de outubro de 2015 até 15 de abril de 2016             | 1,1100% flat   |
| 16 de abril de 2016 até 15 de outubro de 2016             | 1,0800% flat   |
| 16 de outubro de 2016 até 15 de abril de 2017             | 0,9900% flat   |
| 16 de abril de 2017 até 15 de outubro de 2017             | 0,9900% flat   |
| 16 de outubro de 2017 até 15 de abril de 2018             | 0,8800% flat   |
| 16 de abril de 2018 até 15 de outubro de 2018             | 0,6500% flat   |
| 16 de outubro de 2018 até 15 de abril de 2019             | 0,6000% flat   |
| 16 de abril de 2019 até 15 de outubro de 2019             | 0,5500% flat   |
| 16 de outubro de 2019 até 14 de abril de 2020             | 0,5000% flat   |

5.2.3. O pagamento da Amortização Parcial Extraordinária Facultativa deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na notificação enviada pela Emissora, nos termos da Cláusula 5.2.2 acima, e deverá abranger todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.2.4. A data para realização da Amortização Parcial Extraordinária deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

### 5.3. Aquisição Facultativa

5.4.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM

5.4.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos da Cláusula 5.4.1 acima poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 5.4.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

### 6.1. Vencimento Antecipado de Declaração Automática

6.1.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observados os prazos de cura estabelecidos em cada alínea abaixo, quando for o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o pagamento imediato do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo (“Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática”):

- (a) (i) incapacidade, da Emissora ou da Fiadora, de pagar suas dívidas financeiras ou obrigações decorrentes de contratos, financeiros ou não, utilizados como ativo subjacente em operações de captação ou securitização, nos respectivos vencimentos, respeitados os respectivos prazos de cura; (ii) declaração, por escrito, prestada pela Emissora ou pela Fiadora, atestando a sua incapacidade de honrar suas respectivas obrigações pecuniárias no correspondente vencimento, observados os prazos de cura aplicáveis; (iii) consentimento, por escrito, pela Emissora ou Fiadora, sobre a indicação de um custodiante, administrador ou interventor para administrar a Emissora, a Fiadora ou parte substancial de seus ativos, ou em caso da mera indicação judicial de um custodiante, administrador ou interventor, sendo certo que, para a referida indicação judicial, não será necessário o consentimento da Emissora ou da Fiadora; ou (iv) qualquer procedimento de falência, recuperação judicial, dissolução, reorganização, intervenção, arranjo ou liquidação (ou procedimentos similares cujo efeito ou propósito seja o mesmo) que venha a ser instaurado (1) por iniciativa da Emissora ou Fiadora; ou (2) contra a Emissora ou Fiadora, desde que, na hipótese prevista neste item (2), o referido procedimento não seja revertido no prazo de 30 (trinta) dias contados da declaração do respectivo evento;
  - (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, desde que tal descumprimento não seja sanado em até 7 (sete) dias, no caso do não pagamento do valor principal das Debêntures, ou em até 30 (trinta) dias, no caso do não pagamento de qualquer outra obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, após o recebimento, pela Emissora, de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que qualquer descumprimento da Emissora com relação a esta alínea “b” não constituirá um Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática caso a Fiadora, sendo devidamente notificada na forma da Cláusula 3.8.3 acima, venha a cumprir com todas as obrigações previstas neste item, na qualidade de garantidora das obrigações previstas nesta Escritura;
  - (c) descumprimento, pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, desde que tal descumprimento não seja sanado em até 7 (sete) dias, no caso do não pagamento do valor principal das Debêntures, ou em até 30 (trinta) dias, no caso do não pagamento de qualquer outra obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, após o recebimento, pela Fiadora, de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 3.8.3 acima;
- e



- (d) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

6.1.2. Caso a Emissora não efetue o pagamento previsto na forma estipulada na Cláusula 6.1.1 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, incidentes a partir do Dia Útil seguinte à ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática até a data de seu efetivo pagamento. Em caso de descumprimento de obrigação pecuniária, os Encargos Moratórios serão devidos desde a data de vencimento da obrigação descumprida.

6.1.3. No caso de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática, o Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, mediante carta protocolada ou com aviso de recebimento (“AR”) expedido pelos Correios ou por meio de correio eletrônico com confirmação de envio, o vencimento antecipado das Debêntures à CETIP e ao Banco Liquidante, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência do evento.

## **6.2. Vencimento Antecipado Mediante Assembleia Geral de Debenturistas**

6.2.1. O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas e comunicar a Emissora e a Fiadora, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para que, reunidos em assembleia, possam deliberar a respeito da eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis* nos termos desta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura (“Eventos de Vencimento Antecipado Mediante AGD”):

- (a) caso qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou a Fiadora no âmbito desta Escritura (ou no caso de qualquer modificação ou aditamento à declaração) se prove falsa, em qualquer aspecto materialmente relevante com relação aos interesses dos Debenturistas, na data em que tal declaração foi prestada, sendo certo que não constituirá um Evento de Vencimento Antecipado Mediante AGD caso as circunstâncias que deram causa a tal declaração falsa venham a ser sanadas no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento, pela Emissora e/ou a Fiadora, de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário;
- (b) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, desde que não sanado no prazo de 60 (sessenta) dias após o descumprimento da referida obrigação pela Emissora e/ou Fiadora;
- (c) caso a Fiadora deixe de deter, direta ou indiretamente, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Emissora, e tal alteração na composição acionária da Emissora venha a potencialmente causar um efeito material adverso nos negócios, operações ou condição financeira da Emissora ou da Fiadora e que possa impedi-las de realizar os pagamentos das obrigações relativas às Debêntures (“Efeito Material Adverso”); e



- (d) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de apresentação das notas fiscais que comprovem a aquisição de etanol de Produtores Rurais e dos documentos comprobatórios que atestem a natureza rural dos Produtores Rurais de etanol ao Agente Fiduciário, conforme previsto na alínea “o” da Cláusula 7.1 abaixo.

6.2.2. A Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.2.1 acima será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo certo que, na hipótese de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, por ausência de quórum de instalação, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.2.1. Caso qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.2.1 desta Escritura que tenha dado causa à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas venha a ser sanado pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis previamente à data marcada para a realização da referida assembleia geral, a referida Assembleia Geral de Debenturistas deixará de ser realizada e observar-se-ão os procedimentos previstos na Cláusula 6.3 abaixo.

6.2.3. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 6.2.1, o Agente Fiduciário apenas declarará o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, se Debenturistas, representando, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em Circulação tenham deliberado pelo vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.4. Nos casos de Eventos de Vencimento Antecipado Mediante AGD, o Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, mediante carta protocolada ou com aviso de recebimento (“AR”) expedido pelos Correios, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à Fiadora, à CETIP e ao Banco Liquidante, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Mediante AGD.

6.2.5. Nos casos de Eventos de Vencimento Antecipado Mediante AGD, declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu pagamento deverá ser efetuado em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, da carta mencionada na Cláusula 6.2.4 acima, evidenciado pelo protocolo ou AR.

6.2.6. Caso a Emissora ou a Fiadora, conforme o caso, não efetue o pagamento previsto na Cláusula 6.2.5 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, incidentes desde a data de término do prazo acima referido até a data de seu efetivo pagamento.

6.2.7. Para os fins de que trata esta Escritura, a data da declaração do vencimento antecipado das Debêntures será:

- (a) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática, previstos na Cláusula 6.1.1 acima, respeitados os eventuais prazos de cura, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e

- (b) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Mediante AGD, previstos na Cláusula 6.2.1 acima, será a data em que se realizar a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.2.2 acima.

### 6.3. Opção de Venda dos Debenturistas

6.3.1. Caso o(s) evento(s) previsto(s) na Cláusula 6.2.1 que tenha(m) dado causa à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas venha(m) a ser sanado(s) até o prazo de 2 (dois) Dias Úteis previamente à data marcada para a realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira ou segunda convocação, conforme o caso, tal Assembleia Geral de Debenturistas deixará de ser realizada e os Debenturistas poderão exercer a opção de alienar total ou parcialmente suas Debêntures à Emissora ("Opção de Venda"), na forma prevista nas Cláusulas abaixo.

6.3.1.1. O Agente Fiduciário ou a Emissora, a depender de quem tenha convocado, se obrigam a, (i) em até 1 (um) Dia Útil contado do saneamento do(s) evento(s) previsto(s) na Cláusula 6.2.1 acima que tenha(m) dado causa à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas adotar todas as medidas necessárias para efetivar a revogação da convocação da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) nos termos da Cláusula 4.12 acima, efetuar a publicação de aviso sobre a revogação a que se refere o item (i) desta Cláusula 6.3.1.1 ("Comunicação sobre a Revogação da Convocação").

6.3.1.2. Para todos os fins de direito e desta Escritura, o inadimplemento específico e objeto das matérias constantes da ordem do dia prevista na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas que tenha sido cancelada, nos termos desta Cláusula 6.3.1, não poderão ser oponíveis, a qualquer tempo a partir do seu cancelamento, contra a Emissora, os Debenturistas, entre si ou conjuntamente, o Agente Fiduciário e terceiros interessados.

6.3.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3.1 acima, a Emissora se obriga a adquirir a totalidade das Debêntures colocadas à venda pelos Debenturistas, nos termos desta Cláusula 6.3. Por ocasião do exercício da Opção de Venda, os referidos Debenturistas farão jus ao recebimento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme aplicável, até a data de pagamento, pela Emissora, do respectivo montante relativo ao exercício da Opção de Venda ("Valor da Opção de Venda").

6.3.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula 6.3 poderão, a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicáveis às demais Debêntures em Circulação. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão ser canceladas.

6.3.4. O início do Período para Exercício da Opção de Venda (conforme definido na Cláusula 6.3.5 abaixo) ocorrerá mediante a publicação de edital nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário (em qualquer caso, "Comunicação da Opção de Venda"), em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de publicação da Comunicação sobre a Revogação da Convocação.

6.3.4.1. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, sobre o início do Período para Exercício da Opção de Venda, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de publicação, pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora, conforme o caso, da Comunicação sobre a Revogação da Convocação.

6.3.4.2. Na Comunicação da Opção de Venda deverá constar: (a) o período ou prazo máximo, nos termos da Cláusula 6.3.5 abaixo, para que os Debenturistas possam se manifestar caso queiram exercer a Opção de Venda prevista nesta Cláusula 6.3; (b) o montante a ser pago pela Emissora por cada Debênture detida pelo Debenturista que venha a exercer a sua Opção de Venda, na forma da Cláusula 6.3.2 acima; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Opção de Venda.

6.3.5. Os Debenturistas que optarem pelo exercício da sua Opção de Venda previsto nesta Cláusula 6.3 deverão, até o 15º (décimo quinto) dia após a publicação da Comunicação da Opção de Venda, manifestar à Emissora sua intenção de exercer a Opção de Venda da totalidade ou de parte de suas Debêntures à Emissora ("Período para Exercício da Opção de Venda"). A manifestação seguirá os procedimentos da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) do Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

6.3.6. O pagamento a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas que venham a exercer, durante o Período para Exercício da Opção de Venda, a sua Opção de Venda será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas conforme o item (i) acima. O Agente Fiduciário e/ou a CETIP deverá(ão) ser notificada(s) pela Emissora com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da Data de Pagamento da Opção de Venda a que se refere a Cláusula 6.3.6.1 abaixo.

6.3.6.1. A Emissora deverá proceder ao pagamento do Valor da Opção de Venda aos Debenturistas que validamente exerceram a Opção de Venda em até 10 (dez) dias corridos contados do fim do Período para Exercício da Opção de Venda ("Data de Pagamento da Opção de Venda"), sendo certo que todos os pagamentos devidos aos Debenturistas que exerceram a Opção de Venda serão realizados em uma única data.

6.3.6.2. Caso a Emissora não efetue o pagamento previsto na Cláusula 6.3.6.1 anterior, além dos Juros Remuneratórios devidos aplicáveis às Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das referidas Debêntures, incidentes desde a Data de Pagamento da Opção de Venda até a data de seu efetivo pagamento. Caso a Emissora não efetue o pagamento previsto na Cláusula 6.3.6.1 acima dentro do prazo de cura previsto na alínea "b" da Cláusula 6.1.1 acima contado da Data de Pagamento da Opção de Venda e as obrigações venham a vencer antecipadamente nos termos da referida alínea, os Encargos Moratórios devidos desde a Data de Pagamento da Opção de Venda serão aplicáveis para todas as Debêntures, sendo que o valor devido aos Debenturistas neste caso de vencimento antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido dos Encargos Moratórios e dos Juros Remuneratórios devidos calculados *pro rata temporis* desde a Data da Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável.

6.3.7. A ausência de manifestação ou o silêncio por parte do Debenturista durante o Período para Exercício da Opção de Venda acarretará a renúncia irrestrita ao exercício da Opção de Venda das Debêntures de sua titularidade apenas em relação à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas que tenha sido cancelada, nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, não sendo devido ao referido Debenturista, pela Emissora, qualquer valor de natureza remuneratória ou compensatória no que tange à Opção de Venda relacionada àquela determinada Assembleia Geral de Debenturistas.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA**

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a.1) dentro de, no máximo, 100 (cem) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) declaração dos diretores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social; e (iv) que mantém seus bens assegurados de acordo com as políticas internas da Emissora;
  - (a.2) cópia dos Avisos aos Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado;
  - (a.3) no menor prazo possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
  - (a.4) em até 15 (quinze) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;
  - (a.5) dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de solicitação, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações financeiras relativas à Escritura perante os Debenturistas; e



- (a.6) o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (b) preparar e proceder à adequada publicidade dos seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (d) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes e de acordo com as políticas internas da Emissora;
- (e) manter as Debêntures registradas para negociação junto à CETIP durante todo o prazo de vigência das Debêntures e efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures na CETIP;
- (f) arcar com todos os custos (i) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à realização da Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e da Fiadora; e (iii) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;
- (g) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (h) comunicar ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do fato, qualquer alteração relevante na condição financeira, societária e/ou operacional da Emissora que lhe retire a capacidade de cumprir com as obrigações assumidas nesta Escritura;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com esta Escritura ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (j) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em um Efeito Material Adverso;



- (k) informar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto nas Cláusulas 6.1.1 ou 6.2.1 acima, exclusivamente caso o evento em questão não tenha sido sanado no respectivo prazo de cura estabelecido na Cláusula VI acima, conforme o caso;
- (l) notificar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do fato, caso se verifique que quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura eram, à época em que foram prestadas, total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (m) manter, conservar e preservar os bens de sua propriedade essenciais para a condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens, sendo certo que a manutenção, conservação e preservação de tais bens não será necessária caso a administração da Emissora venha a determinar, de forma razoável e fundamentada, que (i) a manutenção, conservação ou preservação não se faz mais necessária ou desejada para condução de seus negócios; e (ii) a ausência de manutenção, conservação ou preservação não resulta e não irá resultar em um Efeito Material Adverso;
- (n) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, concessões, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade das obrigações nela contidas;
- (o) apresentar ao Agente Fiduciário, (i) em até 18 (dezoito) meses contados da Data de Integralização das Debêntures, notas fiscais que, no valor agregado, correspondam ao Valor Total da Emissão, para comprovação da aquisição de etanol de Produtores Rurais com a utilização da integralidade dos recursos obtidos por meio da Emissão, bem como documentos comprobatórios que atestem a natureza rural dos Produtores Rurais de etanol; e, (ii) em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de solicitação neste sentido pelo Agente Fiduciário, todas as notas fiscais obtidas até a data da referida solicitação, independentemente de seu valor agregado, que comprovem a aquisição de etanol de Produtores Rurais com a utilização de recursos obtidos por meio da Emissão, bem como documentos comprobatórios que atestem a natureza rural dos Produtores Rurais de etanol;
- (p) manter políticas e procedimentos elaborados para prevenir e detectar violações à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei nº 12.846/13”);
- (q) informar ao Agente Fiduciário, por escrito, em até 3 (três) Dias Úteis a contar da sua ciência sobre condenações administrativas ou judiciais relativas à realização de práticas contrárias à Lei nº 12.846/13 pela Emissora;
- (r) inserir, nos contratos que vier a celebrar após a assinatura desta Escritura, cláusulas por meio das quais seus fornecedores declarem e garantam que cumpriram, cumprem e continuarão cumprindo a Lei nº 12.846/13 no que se refere ao objeto do contrato em questão;
- (s) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta não sejam empregados pela Emissora em (a) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem que possa ser considerada indevida na forma da Lei nº 12.846/13 a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou

internacional, ou a terceiros pessoas para uso ou benefício dos anteriores, (b) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou outros atos de corrupção na forma da Lei nº 12.846/13 em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (c) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846/13;

- (t) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (u) cumprir todas as determinações da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (v) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (w) manter a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão à Emissora condição fundamental da continuidade de funcionamento;
- (x) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (y) promover o registro desta Escritura no Cartório de RTD, no prazo e forma previstos nesta Escritura;
- (z) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, incluindo:
  - (z.1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (z.2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (z.3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (z.4) manter os documentos mencionados no item “z.3” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (z.5) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (z.6) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando tal fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
  - (z.7) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.1.1. No que diz respeito ao papel do Agente Fiduciário com relação ao previsto na alínea “o” da Cláusula 7.1 acima, as Partes concordam que a apresentação das notas fiscais que comprovem a aquisição de etanol de Produtores Rurais e dos documentos comprobatórios que atestem a natureza rural dos Produtores Rurais de etanol ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, sendo certo que a única obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário é a de encaminhar aos Debenturistas todas as notas fiscais, independentemente de seu(s) valor(es), e documentos comprobatórios que atestem a natureza rural dos Produtores Rurais de etanol, conforme previsto na Cláusula 8.5 abaixo.

7.1.2. A Emissora obriga-se, neste ato, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por ato do Agente Fiduciário.

7.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Fiadora obriga-se, ainda, a:

- (a) exclusivamente caso a Fiadora venha a deixar de ser registrada perante a CVM ou na hipótese de a regulamentação vigente sofrer alteração que não torne mais obrigatória a divulgação de qualquer um dos documentos a seguir listados, fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 100 (cem) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Fiadora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (b) manter, conservar e preservar os bens de sua propriedade essenciais para a condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens, sendo certo que a manutenção, conservação e preservação de tais bens não será necessária caso a administração da Fiadora venha a determinar, de forma razoável e fundamentada, que (i) a manutenção, conservação ou preservação não se faz mais necessária ou desejada para condução de seus negócios; e (ii) a ausência de manutenção, conservação ou preservação não resulta e não irá resultar em um Efeito Material Adverso;
- (c) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes e de acordo com as políticas internas da Fiadora;
- (d) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, concessões, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o exercício das atividades desenvolvidas pela Fiadora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Fiadora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade das obrigações nela contidas;
- (e) informar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto nas Cláusulas 6.1.1 ou 6.2.1 acima, exclusivamente caso o evento em questão não tenha sido sanado no respectivo prazo de cura estabelecido na Cláusula VI acima, conforme o caso;

- (f) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em um Efeito Material Adverso;
- (g) manter políticas e procedimentos elaborados para prevenir e detectar violações à Lei nº 12.846/13 e ao *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção");
- (h) informar ao Agente Fiduciário, por escrito, em até 3 (três) Dias Úteis a contar da sua ciência sobre condenações administrativas ou judiciais relativas à realização de práticas contrárias às Leis Anticorrupção, pela Fiadora; e
- (i) inserir, nos contratos que vier a celebrar após a assinatura desta Escritura, cláusulas por meio das quais seus fornecedores declarem e garantam que cumpriram, cumprem e continuarão cumprindo as Leis Anticorrupção no que se refere ao objeto do contrato em questão.

## CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;



- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que verificou que a regularidade da constituição da Fiança se dá mediante a assinatura da presente Escritura, sendo certo que sua oponibilidade perante terceiros está sujeita ao registro previsto na Cláusula 2.4 acima; e
- (m) que, na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública em lote único e indivisível, da Fiadora (“4ª Emissão da Fiadora”), com vencimento em 20 de maio de 2020, em que foram emitidas 20 (vinte) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na Data da Emissão, as debêntures da 4ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.4 abaixo.

### **8.3. Remuneração do Agente Fiduciário**

8.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

8.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, do referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades até a data do recebimento.

8.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou Fiadora.



8.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.3.4. As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima serão atualizadas pelo IGP-M/FGV, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, anualmente desde a data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 8.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata temporis* se necessário.

8.3.5. A remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário no exercício de suas funções, as quais deverão ser pagas ou reembolsadas pela Emissora, em conformidade com o disposto na Cláusula 8.7 abaixo.

8.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.3.8. A remuneração prevista na Cláusula 8.3.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas.

#### **8.4. Substituição**

8.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.4.2. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

8.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.4.6. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCERJA e posteriormente averbada no Cartório de RTD.

8.4.7. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento a esta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, conforme aplicável.

8.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

## **8.5. Deveres**

8.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser devidamente justificada à Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, às expensas da Emissora;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (m.5) resgate, amortização e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - (m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura;

- (m.8) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (n) colocar o relatório de que trata a alínea “m” acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - (n.1) na sede da Emissora;
  - (n.2) no seu escritório;
  - (n.3) na CVM;
  - (n.4) na CETIP; e
  - (n.5) na sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, em conjunto com a Emissora, às expensas desta, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive a divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula VI acima, notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;



- (s) divulgar as informações referidas na alínea “m.8” acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (u) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;
- (v) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
- (x) cumprir com todas as demais obrigações expressamente previstas nesta Escritura.

8.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis e das obrigações assumidas na presente Escritura.

## 8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula VI acima;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução da Fiança; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial e/ou procedimentos da mesma natureza, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” da Cláusula 8.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da Cláusula 8.6.1 acima.

## 8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 8.7 será efetuado em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- (e) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam imprescindíveis, razoáveis, de acordo com o padrão médio de despesas de um executivo de hierarquia semelhante quando atuando fora de seu local habitual de trabalho, e comprovadas;

- (f) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciárias de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; e
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral (“Assembleia Geral de Debenturistas”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais de debenturistas constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

9.1.4. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## 9.2. Quórum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas da Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

## 9.4. Quórum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Ressalvados os casos previstos nesta Escritura, as matérias sujeitas à Assembleia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

9.4.2. Não estão incluídos no quórum de deliberação a que se refere a Cláusula 9.4.1 acima:

- (a) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;
- (b) qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iii) na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iv) no parâmetro do cálculo dos Juros Remuneratórios; ou (v) nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total, Amortização Parcial Extraordinária Facultativa ou das hipóteses de vencimento antecipado (seja alteração nas hipóteses, exclusão ou inclusão) a(s) qual(is) deverá(ão) ser aprovada(s) por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que tais matérias somente poderão ser propostas pela Emissora; e
- (c) as deliberações relativas à renúncia ou a perdão temporário a qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 acima (pedido de *waiver*), que deverão ser aprovadas (i) em Assembleia Geral de Debenturistas instalada em primeira convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em Circulação; ou (ii) em Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação.

9.4.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas presentes em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quóruns previstos nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão



todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente (i) de seu comparecimento à Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

#### **9.5. Outras disposições aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas**

9.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, enquanto que nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocada pela Emissora, a presença dos representantes legais da Emissora será obrigatória.

9.5.1.1. Independentemente do responsável pela convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, presença dos representantes legais da Emissora será obrigatória caso seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário.

9.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

### **CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA**

**10.1.** A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade anônima devidamente constituída e validamente existente segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração da presente Escritura e o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura (i) não infringem nem violam nenhuma disposição de seu estatuto social; (ii) não infringem nem violam nenhuma disposição ou cláusula contida em acordo, contrato ou avença de que seja parte, nem causarão a rescisão ou vencimento antecipado de qualquer desses instrumentos; (iii) não implicam o descumprimento de nenhuma lei, decreto ou regulamento que lhe seja aplicável; e (iv) não implicam o descumprimento de nenhuma ordem, decisão ou sentença administrativa, arbitral ou judicial a que esteja sujeita, exceto se tais violações e/ou descumprimentos não resultarem em um Efeito Material Adverso;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21 e pelo arquivamento da AGE e desta Escritura (e seus aditamentos) na JUCERJA e pelo registro desta Escritura no Cartório de RTD;
- (f) no melhor de seu conhecimento, as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora naquela data, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Efeito Material Adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, não houve qualquer alteração relevante no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (g) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora ou qualquer de seus ativos perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Efeito Material Adverso na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora;
- (h) tem, ou encontra-se em processo de obtenção e/ou renovação de, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, exceto se a inexistência de tais autorizações e licenças não causar um Efeito Material Adverso;
- (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, exceto (a) por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou (b) por aqueles cujo inadimplemento não cause um Efeito Material Adverso na Emissora;
- (j) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (k) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de quatro meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
- (o) nenhum evento previsto nas Cláusulas 6.1.1 ou 6.2.1 acima ocorreu ou está ocorrendo;
- (p) a Emissora possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (q) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes e de acordo com as políticas internas adotadas pela Emissora;
- (r) a partir da data de assinatura desta Escritura, fará cumprir as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846/13, e realizará todos os esforços para tratar eventuais desvios na forma da referida lei e em cooperação com as autoridades competentes; e
- (s) (i) mantém políticas e procedimentos internos para prevenir e detectar violações da Lei nº 12.846/13 por seus funcionários e controladas; (ii) possui código de ética e código de conduta, bem como implementará procedimentos de integridade, incluindo, quando aplicáveis, os demais parâmetros previstos no artigo 42 do Decreto nº 8.420/15, aplicáveis a todos os empregados, diretores, demais administradores e partes relacionadas, representantes legais e procuradores, independentemente de cargo ou função exercidos, estendidos, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, visando prevenir e detectar violações à Lei nº 12.846/13; (iii) busca dar pleno conhecimento de tal norma a todos os empregados e administradores da Emissora; (iv) procura dar conhecimento aos fornecedores que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento, de suas políticas de combate e prevenção de fraude e corrupção; (v) possui políticas internas para abster-se de violar a Lei nº 12.846/13, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (vi) caso venha a ter conhecimento de qualquer violação das declarações e garantias prestadas nas alíneas (r) e (s) desta Cláusula 10.1, comunicará ao Agente Fiduciário assim que possível; e (vii) conhece e entende as disposições das leis anticorrupção dos países em que faz negócios, bem como mantém procedimentos para prevenir e detectar condutas que infrinjam as leis anticorrupção desses países e a Lei nº 12.846/13.

**10.2.** A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é companhia de economia mista aberta, validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a prestar a Fiança e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração da presente Escritura, a outorga da Fiança e o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura (i) não infringem nem violam nenhuma disposição de seu estatuto social; (ii) não infringem nem violam nenhuma disposição ou cláusula contida em acordo, contrato ou avença de que seja parte, nem causarão a rescisão ou vencimento antecipado de qualquer desses instrumentos; (iii) não implicam o descumprimento de nenhuma lei, decreto ou regulamento que lhe seja aplicável; e (iv) não implicam o descumprimento de nenhuma ordem, decisão ou sentença administrativa, arbitral ou judicial a que esteja sujeita; exceto se tais violações e/ou descumprimentos não resultarem em um Efeito Material Adverso;
- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Fiadora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a prestação da Fiança, exceto pelo: (i) arquivamento desta Escritura na JUCERJA; (ii) registro desta Escritura no Cartório de RTD; e (iii) registro das Debêntures na CETIP;
- (f) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação pendente ou iminente envolvendo a Fiadora ou qualquer de seus ativos perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Efeito Material Adverso na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Fiadora ao mercado;
- (g) no melhor de seu conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Fiadora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Fiadora de forma consolidada;
- (h) a Fiança e as obrigações assumidas na presente Escritura constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (i) nenhum evento previsto nas Cláusulas 6.1.1 ou 6.2.1 acima ocorreu ou está ocorrendo;
- (j) cumprirá todas as obrigações assumidas por ela nos termos desta Escritura;
- (k) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

*[Handwritten signature]*



- (l) a partir da data de assinatura desta Escritura, fará cumprir as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, e realizará todos os esforços para tratar eventuais desvios na forma das referidas leis e em cooperação com as autoridades competentes; e
- (m) (i) mantém políticas e procedimentos internos para prevenir e detectar violações das Leis Anticorrupção por seus funcionários e controladas; (ii) possui código de ética e código de conduta, bem como está implementando procedimentos de integridade, incluindo, quando aplicáveis, os demais parâmetros previstos no artigo 42 do Decreto nº 8.420/15, aplicáveis a todos os empregados, diretores, demais administradores e partes relacionadas, representantes legais e procuradores, independentemente de cargo ou função exercidos, estendidos, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, visando prevenir e detectar violações às Leis Anticorrupção; (iii) está implementando treinamentos internos para todos os empregados e administradores da Fiadora; (iv) procura dar conhecimento aos fornecedores que venham a se relacionar com a Fiadora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento, de suas políticas de combate e prevenção de fraude e corrupção; (v) possui políticas internas para abster-se de violar as Leis Anticorrupção, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (vi) caso venha a ter conhecimento de qualquer violação das declarações e garantias prestadas nas alíneas (l) e (m) desta Cláusula 10.2, comunicará ao Agente Fiduciário assim que possível; e (vii) conhece e entende as disposições das leis anticorrupção dos países em que faz negócios, bem como mantém procedimentos para prevenir e detectar condutas que infrinjam as leis anticorrupção desses países e as Leis Anticorrupção.

**10.3.** A Emissora e/ou a Fiadora deverão notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer eventos que alterem de forma adversa e relevante a situação ou as condições da Emissora e/ou da Fiadora conforme refletidas nos termos das declarações e garantias por elas prestadas nesta data na presente Escritura.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Comunicações**

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.  
Rua Correia Vasques, nº 250, Cidade Nova  
CEP: 20.211-140 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Fernando Pinto de Matos  
Tel.: (21) 2354-0885  
E-mail: fm@br-petrobras.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22.640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

**Para a Fiadora:**

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Av. República do Chile, nº 65, 13º andar, Centro

CEP: 20.031-912 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Gerência Executiva de Finanças

Tel.: (21) 3224-1501

E-mail: admcont.captacaocorp@petrobras.com.br

**Para o Banco Liquidante:**

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setubal

CEP: 04.344-902 – São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel.: (11) 2797-4431

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

**Para o Escriturador Mandatário:**

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP: 04.538-152 – São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel.: (11) 2797-4431

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP: 01.452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## **11.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **11.3. Veracidade da Documentação**

11.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido ou venha a ser encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

## **11.4. Independência das Disposições da Escritura**

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## **11.5. Aditamento da Escritura**

11.5.1. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA ou CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas, bem como novação da dívida ou alteração em quaisquer direitos dos Debenturistas.

11.5.2. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Fiadora e posteriormente arquivados na JUCERJA e registrados no Cartório de RTD, conforme disposto nas Cláusulas 2.4 e 3.8.10.1 acima, sem prejuízo da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, se necessária.

## **11.6. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

11.5.1. Esta Escritura, as Debêntures e a Fiança constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5.2. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando seus sucessores a qualquer título e respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

## **11.7. Cômputo dos Prazos**

Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## **11.8. Despesas**

A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCERJA e no Cartório de RTD; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e da Fiadora; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

## **11.9. Correção de Valores**

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência em reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M/FGV, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou os Juros Remuneratórios.

## **11.10. Lei Aplicável e Foro**

11.9.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



11.9.2. As Partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, como competente para dirimir quaisquer controvérsias ou litígios decorrentes ou relacionados a esta Escritura.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



11 AGO 2015 1114546

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME

RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Petrobras Distribuidora S.A.)

**PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**

Nome:

Cargo:

JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO  
Presidente  
Petrobras Distribuidora S.A.

Nome:

Cargo:

Carlos Alberto Barra Tassarollo  
Diretor Financeiro

C. A. Barra Tassarollo

11 AGO 2015 1114546

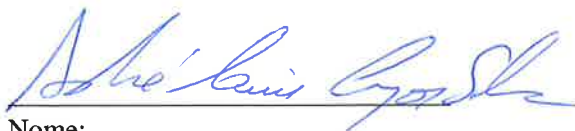
ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

*(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Petrobras Distribuidora S.A.)*

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:

**André Luis Campos Silva**  
**Gerente Executivo em Conselho**  
**Finanças**



(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Petrobras Distribuidora S.A.)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: MARLO AUGÉLIO RACHADO FERREIRA  
Cargo: DIRETOR

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

11 AGO 2015 11 14 546

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

Testemunhas:

Nome: SÔNIA B. A. GOMES  
CPF: 464.505.997-15

Nome: ERICKA KALERSVEILER HOPES  
CPF: 024.219.704-84

3.º SERVIÇO REGISTRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua da Quitanda 52, 3.º andar - Rio de Janeiro - CEP: 20011-030 089169AA034036  
Tels: (21) 2221-2005/2221-3938 - CNPJ: 27.150.259/0001-75

Documento Protocolado, Microfilmado e Digitalizado sob o Nº 1114546 e  
Registrado no Livro B-72 sob Nº de Ordem 249231 em 11/08/2015

[Assinatura]

( ) Raulito Alves da Silva - Oficial Titular  
( ) Ricardo V.M. Antunes - Substituto  
( ) Marcos A.F. da Silva - Esc. Autorizado

Emolumentos: R\$665,32 Distribuidor/R\$23,26  
Fetj/Fundperj/Funperj/Funperen R\$26,19  
PMCMV/Mutua/Acoterj R\$25,24 Total: R\$740,01

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EAYN 20121 JCO  
Consulte a Validade do Selo Em  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

[Assinatura]